

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 98.137 - MS (2018/0110447-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : J R B (PRESO)
ADVOGADOS : JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES - MS003291
GUSTAVO MARQUES FERREIRA - MS007863
ANTONIO FERREIRA JÚNIOR - MS007862
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM *HABEAS CORPUS*. OPERAÇÃO LAMA ASFÁLTICA DA POLÍCIA FEDERAL. PECULATO, CORRUPÇÃO PASSIVA E FRAUDE À LICITAÇÃO. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. VALIDADE DA DECISÃO QUE, APÓS A PRIMEIRA INTERVENÇÃO AUTORIZADA JUDICIALMENTE, VERIFICA A NECESSIDADE DA INCLUSÃO DE NOVOS TERMINAIS. PRECEDENTES. DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. CIRCUNSTÂNCIA QUE ATRAI A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM QUE SE AFIRMOU QUE, QUANDO PROFERIDAS AS INTERCEPTAÇÕES INICIAIS, NÃO HAVIA INDÍCIOS DE ENVOLVIMENTO DE AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO NO PRETÓRIO EXCELSO. CONCLUSÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NÃO SUJEITAS AO CRIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO RECURSAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por J. R. B., em que consta como Recorrido o Ministério Público Federal.

Colhe-se nos autos que, no Processo-crime n.º 0005833-60.2016.4.03.6000 (originado do Inquérito Policial n.º 530/2014-SR/DPF/MS e do incidente de Interceptações Telefônicas n.º 0011841-24.2014.4.03.6000, distribuídos à 3.ª Vara Federal Criminal de Campo Grande/MS e referentes à Operação *Lama Asfáltica* da Polícia Federal), o Recorrente foi denunciado sob a acusação da prática de peculato, corrupção passiva e fraude à licitação.

Em primeiro grau de jurisdição, o Recorrente pugnou pelo arquivamento do

Inquérito Policial, em razão da incompetência da Justiça Federal e por ausência da fundamentação das medidas – o que foi indeferido pelo Juiz Singular.

Contra essa decisão a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC n.º 0003928-41.2017.4.03.0000/MS), que foi assim ementado (fls. 519-520):

"HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO LAMA ASFÁLTICA. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. EXCEPCIONALIDADE. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. NULIDADES NÃO VERIFICADAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROCEDENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Consta da inicial que, no bojo da Operação 'Lama Asfáltica' - investigação policial com escopo de apurar suposto esquema criminoso voltado para a prática dos delitos tipificados nos artigos 312 e 317 do Código Penal e no artigo 90 da Lei de Licitações -, foi decretada a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário do paciente.

2. Quanto à alegada inidoneidade da fundamentação na decisão do Juízo da 5.ª Vara Federal, que deferiu a interceptação telefônica do paciente, em que pese inicialmente a MM. Juíza ter indeferido o pedido de interceptação telefônica em face do paciente, após a vinda aos autos de relatórios policiais referentes às escutas telefônicas, tal pleito, que até então não tinha alcançado o paciente, foi estendido a ele também.

3. Verifica-se que a decisão que deferiu a interceptação telefônica se encontra devidamente justificada, inclusive com decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os atos processuais praticados pelo Juízo da 5.ª Vara Federal são válidos.

4. O argumento relativo à competência não merece prosperar, pois há indícios de graves desvios de recursos públicos federais.

5. Trancamento de inquérito policial, por meio de habeas corpus, somente é possível quando se verificam de pronto a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a inexistência de indícios de autoria materialidade, circunstâncias excepcionais que não foram evidenciadas presente caso."

Daí as presentes razões, precisamente detalhadas no relatório da decisão que apreciou o pedido liminar, *in verbis* (fls. 623-628):

"[...] o insurgente sustenta que, inicialmente, o juízo de primeiro grau indeferiu o acesso aos dados bancários e fiscais do acusado e a interceptação telefônica do seu número em 5.7.2013 e 3.2.2014, respectivamente, autos n.º 0005256-87.2013.4.03.6000.

Assere que o delegado da polícia federal renovou o pedido, 'sem trazer qualquer conduta praticada pelo citado recorrente em detrimento de

bens, serviços ou interesse da União a justificar a atuação da Polícia Federal e, por conseguinte, atrair a competência da Justiça Federal, porém com base exclusiva em suposta participação do mesmo na cassação do Prefeito Municipal de Campo Grande Alcides Bernal, matéria de evidente competência da Justiça Estadual, tanto que foi determinado o compartilhamento das peças informativas com o Ministério Público Estadual, originando a denominada Operação Coffee Break, para apuração do fato' (fl. 561).

Alega que a medida constritiva telefônica em desfavor do ora insurgente foi deferida em 6.3.2014, tendo a magistrada se reportado, para incluir o número do increpado e a prorrogação dos terminais relativos aos outros acusados, aos 'mesmos termos e pelos mesmos fundamentos' do seu anterior decism; contudo, na citada decisão foi indeferida a interceptação do terminal do ora recorrente, o que causa espécie à defesa.

Sublinha que as demais prorrogações judiciais da constrição do número telefônico do acusado ocorreram em 14.4.2014 e em 7.5.2014, sendo deferida a exclusão do terminal do ora insurgente em 11.11.2014, pois o magistrado reconheceu a sua incompetência absoluta, em razão do suposto envolvimento de autoridades com prerrogativa de foro.

Menciona que, posteriormente, a Ministra Carmen Lúcia determinou o desmembramento da investigação, permanecendo naquela Corte Suprema apenas quem detinha foro por prerrogativa de função, encaminhando os demais réus para a primeira instância.

Assevera a ausência dos requisitos para o deferimento da interceptação telefônica do ora insurgente, bem como a inexistência de qualquer fundamentação na decisão que a deferiu, em evidente afronta ao disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal e no artigo 5.º da Lei n.º 9.296/1996.

Obtempera que 'a primeira decisão por meio da qual foi negado o pedido de interceptação foi suficientemente fundamentada, tendo concluído o magistrado pela ausência de indícios de autoria delitiva por parte do recorrente J. R. B., ao passo que, na segunda, a magistrada não trouxe qualquer argumento que pudesse respaldar a admissibilidade da interceptação'; 'ao contrário, fez referência exclusiva à decisão anterior, de indeferimento da medida', ou seja, 'a motivação referenciada (primeira decisão), in casu, caracterizada como per relationem ou aliunde, não permitia nem embasava a devassa autorizada por meio da segunda decisão judicial' (fl. 569), visto que o segundo entendimento e deslinde do decism contraria o primeiro.

Entende que a decisão monocrática da Ministra Carmen Lúcia no Inquérito n.º 3867/DF não tem o condão de validar os atos processuais relativos aos pressupostos da interceptação telefônica, que são aferíveis mediante contraditório diferido.

Registra que 'a 'validação' teve por fundamento a 'ausência' de

indícios da participação de autoridade com prerrogativa de foro nos ilícitos investigados, consignando o acórdão recorrido o trecho da decisão da Ministra Cármen Lúcia que menciona 'os atos processuais praticados pelo juízo de primeiro grau são válidos, porque, na data da sua prática, não havia indícios do envolvimento de autoridades detentoras de prerrogativa de foro'(fl. 572), ou seja, o decisum não contemplou a discussão sobre a fundamentação da medida cautelar.

Defende a ocorrência de 'irregular investigação de autoridades com prerrogativa de foro conseguida mediante induzimento ao erro da magistrada prolatora da decisão e sem autorização do juízo competente, em confronto com a recentíssima jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema' (fls. 565 e 572).

Destaca que o delegado da polícia federal ocultou todo o conjunto de pessoas investigadas, 'justamente para conferir aparência de legalidade a apuração, como se a investigação de autoridades com prerrogativa de foro fosse derivada de descoberta fortuita de elementos probatórios quando, na verdade, o condutor da apuração teria sonegado, temporariamente, informações que já detinha e que seriam determinantes na declaração da incompetência absoluta do Juízo de primeiro grau, posteriormente declarada' (fl. 573).

Diz que no segundo dia da interceptação, 14.2.2014, e posteriormente, foram registrado diálogos com a autoridade de foro privilegiado e corréu, mas a autoridade policial apenas referiu-se a esse acusado nas interceptações ocorridas em 13 a 28.2.2014, estando estranhamente datado o documento de 24.4.2013, vislumbrando-se equívoco material quanto ao ano.

Aduz que esse documento policial 'revela que o Delegado, desde esta última data, tinha elementos para saber que autoridades com prerrogativa de foro pudessem estar envolvidas nos ilícitos apurados, todavia optou por prosseguir na investigação em Juízo manifestamente incompetente, pleiteando prorrogações de interceptações telefônicas e realizando diligências' (fl. 576).

Verbera que 'não se está cogitando de mera referência ao nome dos investigados que tinham foro especial por prerrogativa de função, mas participação direta nas condutas tidas por ilícitas, conforme declarado pelo subscritor do relatório de análise policial e pelo Delegado que determinou a realização de diligências tendo como alvos E. G. e A. P.' (fls. 580/581).

Argumenta que o juízo da 5.^a Vara Federal descartou a descoberta fortuita e reconheceu sua incompetência absoluta para o processamento e julgamento do feito (fl. 581).

Frisa que a autoridade policial 'pede a desconsideração das informações constantes nos relatórios circunstanciados n. 3 e 4 (compreendendo as interceptações telefônicas relacionadas aos períodos de 15 a 23 de abril, 24 a 28 de abril e 9 a 16 de maio, todas do ano de 2014)', sendo 'inexorável concluir que a argumentação desenvolvida admite implicitamente a ilegalidade das interceptações realizadas a partir de 23

de março de 2014' (fls. 582/583), pois se as provas foram colhidas de acordo com a legislação, inexistiria motivo para desprezá-las.

Pondera que 'todas as provas produzidas por decisão judicial de primeiro grau, posteriores à descoberta da participação direta de autoridade com prerrogativa de foro, são nulas tendo em vista sua repercussão causal' (fl. 587).

Salienta, ainda, 'a incompetência da justiça federal, in casu, por ausência de atribuição da polícia federal para investigar suposto crime envolvendo a cassação do prefeito municipal de Campo Grande, Alcides Bernal' (fl. 589).

Afirma a inexistência da demonstração mínima dos indícios de autoria e materialidade da conduta do ora insurgente, sendo a imputação apenas lastreada no teor da interceptação telefônica.

Aponta que a medida constritiva deveria ser não regra mas sim exceção, tal qual previsto no ordenamento jurídico.

Pontua que 'já foi apresentada denúncia (autos n.º 16000722-02.2016.8.12.000),, atualmente em curso perante a 6ª Vara de Campo Grande) com base nas provas coletadas e questionadas nessa ação constitucional em virtude de vícios insanáveis', evidenciando-se neste caso que "a prova cautelar (interceptação telefônica), que pressupõe para o seu deferimento a competência do Juízo para ação principal, foi deferida por um Juízo (5ª Vara Federal de Campo Grande) e está sendo utilizada como prova em outro (6ª Vara Estadual de Campo Grande), numa inusitada e ilegal situação de escolha de juízo post factum que melhor atende à conveniência dos agentes engajados na persecução penal.

Requer, liminarmente, 'a suspensão da investigação e que se abstenham a Polícia Federal e o Poder Judiciário da prática de quaisquer atos que importem valoração de informações obtidas por meio das provas ora questionadas e que envolvam o recorrente J. R. B., até a decisão de mérito da presente ação constitucional' (fl. 595).

No mérito, pugna pelo reconhecimento da 'ilicitude das provas colhidas durante a apuração e que estejam relacionadas ao recorrente', 'com a conseqüente decretação de nulidade das decisões concessivas de medidas acautelatórias e as posteriores, em virtude da repercussão causal, determinando-se o arquivamento dos elementos probatórios no tocante ao citado recorrente, haja vista a inexistência de fonte independente a lhe dar sustentação' (fl. 595).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 623-629.

Foram prestadas informações.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 806-812, assim ementado (fl.

806):

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PECULATO,

CORRUPÇÃO PASSIVA E FRAUDE À LICITAÇÃO. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. EXCEPCIONALIDADE NA VIA DO HABEAS CORPUS. HIPÓTESE QUE NÃO SE VERIFICA NOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE AUTORIZOU AS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E DE ILEGALIDADE DA MEDIDA. INOCORRÊNCIA. EXTENSÃO DA MEDIDA PARA ALCANÇAR O PACIENTE COM BASE EM RELATÓRIOS DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. VALIDADE EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA À ÉPOCA DE INDÍCIOS DE ENVOLVIMENTO DE AUTORIDADES DETENTORAS DE PRERROGATIVA DE FORO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. FORTES INDÍCIOS DE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO."

É o relatório. Decido.

Conforme consignou a Defesa, são quatro os fundamentos do presente recurso, em síntese (fl. 560):

"3.2. Decisão deferitória da distensão do sigilo telefônico desprovida de qualquer fundamentação - Contrariedade ao artigo 5º da Lei n 9.296, de 1996, e artigo 93, inciso IX, da Carta Magna

3.3. Decisão monocrática da Ministra Cármen Lúcia, no IP n. 3867/DF, que não tem o condão de validar atos processuais - Pressupostos da interceptação telefônica que somente são aferíveis mediante contraditório diferido.

3.4. Irregular investigação de autoridades com prerrogativa de foro, conduzidas sem autorização do juízo competente - Delegado que admite, implicitamente, a ilegalidade da interceptação a partir de 23 de março de 2014-A recentíssima jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal acerca do tema.

3.5. Os requisitos exigidos para o deferimento da interceptação telefônica e a manifesta incompetência da Justiça Federal, in casu, por ausência de atribuição da Polícia Federal para investigar suposto crime envolvendo a cassação do prefeito municipal de Campo Grande, Alcides Bernal"

Quanto ao primeiro, é incorreto afirmar que a decisão está desfundamentada. O Juízo de primeiro grau esclareceu essa circunstância sob a seguinte motivação, ao indeferir o pedido de trancamento da investigação (fls. 300-301):

"O requerente reclama que o Juízo da 5.ª Vara, para afastar seu sigilo telefônico, reeditou as razões de decisão anterior onde literalmente constava que, em relação a J R B, não haveria indícios razoáveis para

decreto da medida. Às f. 222 transcreveu a referida decisão. E evidente que a interpretação do texto está equivocada. O peticionário reconhece textualmente, às f. 221: 'A primeira decisão por meio da qual foi negado o pedido de interceptação foi suficientemente fundamentada, tendo concluído o magistrado pela ausência de indícios de autoria delitiva por parte do peticionário (..)' (negritei). Vale dizer que, após expor o contexto, os motivos e os fundamentos que autorizariam as interceptações em relação a determinados investigados, a magistrada concluiu, num primeiro exame, que, em relação a J. R. B. e A. L. dos S., o encaixe ainda não estava satisfatório para autorizar a quebra do sigilo. Após a vinda de novos relatórios policiais referentes às escutas telefônicas, a Exma. Magistrada então se convence de que não se trata mais de excetuar a referidas pessoa e, assim, reedita a fundamentação aplicada aos demais para então fazê-la alcançar B., não mais o excetuando. Evidentemente que, ao reeditar a decisão, o fez na parte referente aos fundamentos que, como reconhece o próprio requerente, já eram suficientes. A clareza é solar, sendo incabível qualquer outra interpretação. Na verdade, o trato dado à questão, pela magistrada, só demonstra a cautela do juízo ante os pedidos de afastamento de sigilos sob proteção constitucional."

Embora a Defesa alegue que a ausência de fundamentação decorre do anterior indeferimento de interceptação telefônica, o que se verifica na verdade é que a Juíza de primeiro grau incluiu o terminal do Recorrente **fundada em decisão que prorrogou a medida de outros investigados, após diligências investigativas que demonstraram a necessidade da intervenção**. Isso foi devidamente ressaltado no acórdão do Tribunal de origem, ao esclarecer-se que, *"em que pese inicialmente a MM. Juíza ter indeferido o pedido de interceptação telefônica em face do paciente, após a vinda aos autos de relatórios policiais referentes às escutas telefônicas, tal pleito, que até então não tinha alcançado o paciente, foi estendido a ele também"* (fl. 515) e é **admitido pela Jurisprudência**.

Destaco os seguintes precedentes desta Corte, *mutatis mutandis*:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FRAUDE À LICITAÇÃO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. LAVAGEM DE DINHEIRO. INVESTIGAÇÃO PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESCUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTARES. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. QUEBRA DE SIGILO DE DADOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE.

1. O Ministério Público dispõe de competência para promover,

por autoridade própria e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos (STF/RE n. 593.727).

2. *A inobservância de normas regulamentares na fase investigatória não possui o condão de acarretar nulidade no procedimento criminal. Ademais, no que se refere à alegação de que os prazos previstos para a conclusão da investigação no âmbito do Ministério Público não teria sido observado, cumpre frisar que esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, salvo quando o investigado se encontrar preso cautelarmente, a inobservância dos lapsos temporais estabelecidos para a conclusão das apurações não possui repercussão prática (HC n. 304.274, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/11/2014).*

3. *É possível se autorizar a interceptação telefônica para apurar crime punível com detenção, desde que conexo com outros delitos puníveis com reclusão, o que ocorre na espécie.*

4. *Estão devidamente fundamentadas as decisões que autorizaram as interceptações telefônicas, a respectiva prorrogação, bem como a quebra do sigilo de dados, uma vez que adequadamente justificada a necessidade das medidas, com o esclarecimento de serem imprescindíveis às investigações.*

5. ***É improcedente a arguição de nulidade decorrente da interceptação de números pretensamente diversos daqueles alvo da autorização judicial, tendo em vista que o decisum, acolhendo expresso pedido do Parquet, consignou que as empresas deveriam interceptar outros terminais telefônicos pertencentes aos investigados e não constantes na inicial.***

6. *No que tange ao termo inicial para o cumprimento de determinação judicial de quebra de sigilo telefônico, sendo silente a lei quanto a isso, não há prazo para que a autoridade policial a inicie, tendo sido, no caso, respeitado o tempo de duração.*

7. *Recurso improvido." (RHC 58.768/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 26/02/2016; sem grifos no original.)*

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS. DESCAMINHO (CP, ART. 334). LEI 7.492/86 (LEI DO COLARINHO BRANCO), ART. 22, § ÚNICO. NULIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 2º DA LEI 9.296/1996. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA MEDIDA.

RECURSO NÃO PROVIDO.

I - 'É inviolável o sigilo [...] das comunicações telefônicas, salvo [...] por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal' (CF, ART. 5º, XII).

II - A interceptação telefônica é medida extrema, que somente se justifica nas situações previstas na legislação de regência (Lei nº 9.296/1996).

*III - Não se justifica a alegação de que não foram realizadas investigações prévias às interceptações telefônicas. No caso dos autos, o v. acórdão recorrido destaca que foram realizadas diligências preliminares pela Polícia Federal que resultaram no primeiro pedido de quebra de sigilo telefônico. **Essa primeira quebra levou as autoridades a formular um segundo pedido de interceptação, que incluía novos terminais telefônicos.***

IV - Não há falar em nulidade da decisão que deferiu a interceptação telefônica por insuficiência de fundamentação, pois o magistrado deferiu a medida com fulcro no preenchimento dos requisitos do art. 2º da Lei n. 9.296/96, vale dizer, por entender que havia indícios razoáveis da autoria delitiva; e os fatos investigados constituíam infrações penais puníveis com pena de reclusão.

V - 'É ônus da defesa, quando alega violação ao disposto no artigo 2º, inciso II, da Lei 9.296/1996, demonstrar que existiam, de fato, meios investigativos alternativos às autoridades para a elucidação dos fatos à época na qual a medida invasiva foi requerida, sob pena de a utilização da interceptação telefônica se tornar absolutamente inviável' (RHC n. 79.999/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 3/3/2017).

Recurso ordinário não provido." (RHC 35.127/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017; sem grifos no original.)

Dessa forma, a decisão da Ministra Carmen Lúcia proferida no Inquérito n.º 3.867/DF na verdade mostra-se desinfluyente para a solução da presente controvérsia, pois ocorreu apenas a reafirmação de que o Juízo de primeiro grau era competente para processar o feito referentemente às autoridades sem foro privilegiado – razão pela qual o segundo fundamento do presente recurso também não pode prosperar. Em suma, **não houve juízo de mérito** do Supremo Tribunal Federal, no ponto, e a interceptação decorre, de fato, das deliberações da instância singular. Confira-se (fl. 329):

"7. Os atos processuais praticados pelo juízo de primeiro grau são válidos, porque, na data de sua prática, não havia indícios do envolvimento de autoridades detentoras de prerrogativa de foro. Nesse

sentido: '(..) Quando o magistrado de 1º grau autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal das pessoas físicas e jurídicas investigadas, ainda não havia qualquer André de participação ativa e concreta de agente político ou autoridade detentora de prerrogativa de foro nos fatos sob investigação. Fatos novos, posteriores àquela primeira decisão, levaram o magistrado a declinar de sua competência e remeter os autos ao Supremo Tribunal Federal. Recebidos os autos (..), o então Presidente da Corte, no período de férias, reconheceu a competência do Supremo Tribunal Federal e ratificou as decisões judiciais prolatadas pelo magistrado de primeiro grau nas medidas cautelares de busca e apreensão e afastamento de sigilo bancário distribuídas por dependência ao inquérito. Rejeitada a preliminar de nulidade das decisões proferidas pelo juiz de 1 º instância.' (Inq. 2245-MG, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, Die 9.11.2007)." (Inq 3.867/DF, Rel Min. Cármen Lúcia).

Passo diretamente à última tese defensiva, de que é manifesta a "incompetência da Justiça Federal, in casu, por ausência de atribuição da Polícia Federal para investigar suposto crime envolvendo a cassação do prefeito municipal de Campo Grande, Alcides Bernal". Igualmente não tem razão a Defesa.

No voto condutor do acórdão ora recorrido, o Relator no Tribunal *a quo* refutou o "o argumento relativo à competência, **pois há indícios de graves desvios de recursos públicos federais**, a atrair a competência da Justiça Federal" (sem grifos no original) – **afirmação** que, a propósito, nem sequer foi infirmada nas razões recursais. E, conforme entendimento jurisprudencial, compete à Justiça Comum Federal processar e julgar crime que envolva autoridade municipal se a hipótese envolver verbas federais. Da Suprema Corte, destaco o seguinte julgado, *mutatis mutandis*:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. [...]. CRIMES DE DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO E DE FRAUDE À LICITAÇÃO (ARTS. 89 E 90 DA LEI 8.666/93). VICE-PREFEITO MUNICIPAL. CONDENAÇÃO. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA ATRAÍDA PELA MALVERSAÇÃO DE VERBA PÚBLICA FEDERAL. [...]. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. A Justiça Federal é competente para o julgamento de crimes relativos à desvio ou à apropriação de verba federal destinada à realização de serviços de competência privativa da União ou de competência comum da União e do ente beneficiário, ou de verba cuja

Superior Tribunal de Justiça

utilização se submeta à fiscalização por órgão federal. Precedentes: (RE 464.621/RN, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 21/11/2008; RE 605.609-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 1º/02/2011; HC 81.994, Primeira Turma, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 27/09/2012.).

2. O elemento definidor da competência do órgão judiciário, em se tratando de questão envolvendo suposta apropriação ou aplicação irregular de verbas públicas federais repassadas a Estados e Municípios, está no interesse lesado em decorrência da pretensa conduta criminosa.

3. O fato de a verba repassada ser proveniente de recursos federais e fiscalizada pela União, é suficiente para afirmar a existência de interesse desta e a consequente competência da Justiça Federal para apreciar o feito. Precedentes: RHC 98.564 Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe de 6/11/2009; HC 80.867, Rel. Min. Ellen Gracie, Primeira Turma, DJe de 12/04/2002; ACO 1.109/SP, Red. p/ acórdão, Min. Luiz Fux, DJe de 7/3/2012.

4. A verba federal repassada ao Município não se incorporou definitivamente ao patrimônio da municipalidade, tendo em vista que o Contrato de Repasse não conferiu autonomia ao ente municipal para administrá-la de forma discricionária; mas, ao revés, previu, expressamente, a necessidade de prestação de contas à União.

5. [...].

13. Agravo regimental no Recurso Extraordinário e Recurso especial desprovidos." (RE 696.533-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 02/09/2016, DJe de 23/09/2016.)

Por fim, o recurso não pode ser conhecido quanto ao terceiro fundamento. É atribuição do Supremo Tribunal Federal resguardar a sua própria competência. E, a despeito de a Defesa ter ventilado, no ponto, que houve "*irregular investigação de autoridades com prerrogativa de foro, conduzidas sem autorização do juízo competente*" – no Inquérito n.º 3.837 a Ministra Cármen Lúcia consignou expressamente que "***os atos processuais praticados pelo juízo de primeiro grau são válidos, porque, na data de sua prática, não havia indícios do envolvimento de autoridades detentoras de prerrogativa de foro***" (sem grifos no original).

Dessa forma, por haver deliberação do Pretório Excelso nessa parte, não compete ao Superior Tribunal de Justiça analisá-la, por não ser conclusão da Suprema Corte sujeita ao crivo do Superior Tribunal de Justiça. A propósito, cito o seguinte julgado, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO DA

POLÍCIA FEDERAL DESTINADA A AVERIGUAR SUPOSTAS ATIVIDADES ILEGAIS EM BINGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. [...]. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA ANALISAR O MÉRITO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELA EXCELSA CORTE. [...]. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA

1. [...].

4. A alegada ausência de fundamentação de decisão proferida por Ministro do Supremo Tribunal Federal não pode ser analisada por esta Corte, por absoluta ausência de competência constitucional para tanto. A impetração sequer pode ser conhecida quanto a este tocante.

5. [...].

6. Writ parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado."
(STJ, HC 96.476/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 10/08/2010, DJe 13/09/2010; noticiado no Informativo STJ n.º 442; sem grifos no original)

Ante todo o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do pedido recursal e, nessa extensão, NEGO-LHE provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora